

# AS INTERSECCIONALIDADES DO CORPO NA ESCOLA: O GÊNERO E A SEXUALIDADE BATEM NA PORTA

## THE INTERSECTIONALITIES OF THE BODY AT SCHOOL: GENDER AND SEXUALITY HIT THE DOOR

Edmilson Andrade Reis 1  
Sonielson Luciano de Sousa 2  
Irenides Teixeira 3

**Resumo:** A escola é formada por corpos plurais, mas os gêneros e as sexualidades são vivenciados por indivíduos, indicando que o que se aplica à essência do ser humano também se aplica aos corpos. Este estudo aborda os limites e possibilidades dos corpos na escola, tendo em vista as violências presentes nas práticas disciplinares sobre os corpos. Além disso, os corpos e suas sexualidades, quando vivenciados fora dos padrões pré-estabelecidos pela sociedade atual, não são binários. O percurso metodológico se inicia com a observação direta nas escolas, na realização de palestras e na identificação das abordagens sobre as temáticas por parte dos professores, seguidas por uma revisão bibliográfica mais aprofundada. Depreende-se, por fim, que as escolas e os professores optam pela abordagem biológica do corpo, por um ocultamento das sexualidades e por uma certa indiferença nas abordagens de gênero, muitas vezes pelo desconhecimento, por falta de interesse ou por valores de cunho moral ou religioso.

**Palavras-chave:** Corpos. Gênero. Sexualidade. Escola.

**Abstract:** The school is constituted by plural bodies, but genders and sexualities are lived individually, indicating that what applies to the essence of the human being also applies to bodies. This study addresses the limits and possibilities of bodies at school, in view of the violence present in disciplinary practices upon the bodies. In addition, bodies and their sexualities, when experienced outside the pre-established standards of today's society, are not binary. The methodological path begins with direct observation in schools, lectures and identification of approaches to the themes by teachers, followed by a more in-depth bibliographic review. Finally, it appears that schools and teachers opt for the biological approach of the body, for a concealment of sexualities and for a certain indifference toward the gender approaches, often due to ignorance, lack of interest or because of moral values or religious.

**Keywords:** Bodies. Genre. Sexuality. School.

---

Mestre em Geografia (UFT). Especialista em Enfermagem do Trabalho (ESAP). Graduação em Enfermagem (UNIMAR). Acadêmico do Curso de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas –CEULP/ULBRA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7044928153122499>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5368-810X>. E-mail: [profedmilsonsaudecoletiva@gmail.com](mailto:profedmilsonsaudecoletiva@gmail.com) 1

Psicólogo, Comunicador Social, Filósofo, Pós-graduado em Psicologia Analítica e Docência do Ensino Superior. Mestre em Comunicação e Sociedade. Professor titular do Curso de Psicologia do Ceulp/Ulbra. Lattes <http://lattes.cnpq.br/4476876030314946>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8617-513X>. E-mail: [sonielson.davince@gmail.com](mailto:sonielson.davince@gmail.com) 2

Psicóloga. Doutora em Educação (UFBA). Mestre em Comunicação e Mercado (FACASPER). Especialista em Psicologia Clínica. Especialização em Gestão e Docência no Ensino Superior. Formação em Arte Terapia. Graduada em Publicidade e Propaganda (CEULP/ULBRA), em Ciências Sociais (ULBRA) e em Processamento de Dados (UNITINS). Atualmente é professora e coordenadora do curso de Psicologia no Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7067721676301980>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6432-9767>. E-mail: [irenides@gmail.com](mailto:irenides@gmail.com) 3

## Introdução

Adentrar ao contexto escolar no século XXI pode ser uma tarefa um tanto perigosa ou libertadora, pois, as escolas assumiram para si a responsabilidade de auxiliar na construção social dos indivíduos que ali se fazem presentes. Porém, quando nos deparamos com a pluralidade que permeia o dia a dia das escolas, é notória a divisão entre o “saber fazer” e o “não querer fazer”, demonstrada pelos educadores.

Quando aqui apresentamos essa divisão, temos a clareza de que muitos destes educadores possuem o conhecimento e o domínio didático-metodológico para construir novos pensamentos e paradigmas que permeiam os corpos e as sexualidades verificadas na escola e, portanto, compreendem que o material didático expresso nos livros não contempla a real necessidade local e situacional dos estudantes e acabam por não vivenciar e explorar as temáticas do corpo e sexualidade.

Por outro lado, temos uma parcela de educadores que optam conscientemente por não querer fazer nada em relação a estas temáticas, contribuindo para ausência e implantação de práticas educativas libertadoras. E isso se torna muito evidente no artigo produzido por Renato José de Oliveira (2001).

Nesse contexto, encontramos situações múltiplas que vão desde o cumprimento rígido do conteúdo presente no material didático, passando pelo movimento de que “tudo o que foge as escrituras do livro não científico” deve ser abolido das práticas pedagógicas e, portanto, homem é “homem/ macho/ varão/pênis”, e mulher é “mulher/fêmea/segundo sexo/vagina” e ponto – o que não condiz com o princípio da singularidade.

É preciso lembrar que a escola deve ser laica e, portanto, ideologias cerceativas e religiosas não deveriam ser a base de construção e consolidação das práticas pedagógicas das escolas, conforme aponta a Constituição Federal, no Artigo 210 (BRASIL, 1988). Se hoje vivenciamos uma escola com múltiplos corpos e sexualidades, conceber um corpo vivenciado apenas pela matriz biológica e por comportamentos andrôcentricos<sup>3</sup> constitui uma abordagem que torna as escolas instituições reguladoras e normatizadoras, que produz corpos dóceis.

É preciso ter em mente que tais situações de sexismo, androcentrismo, classificação de corpos, gêneros e sexualidades não foram inventadas pelas escolas, e que, entre as suas funções, a escola deve promover o esclarecimento e o conhecimento sobre as vertentes sociais que permeiam a construção dos corpos e seus gêneros. Enquanto os corpos e suas sexualidades estiveram alienados e doutrinados para seguirem padrões impostos, não existe a possibilidade de escolhas.

O momento atual precisa da escola como uma instituição social para que, a partir dela, novas práticas pedagógicas, abordagens e inclusão de novas temáticas sejam discutidas e trabalhadas, pois, se a escola e seus educadores questionam e implantam medidas que visam o esclarecimento sobre a classificação de gênero, cor, raça e orientação sexual, diminui-se a marginalização dos corpos e, conseqüentemente, a exclusão dos alunos, como já ocorre nos países do norte da Europa, por exemplo.

## A interseccionalidade dos corpos na escola

Adentrar no universo do “ser e estar” no mundo como nos explica a matriz fenomenológica, e o que “ser um corpo” simboliza para essa construção social é algo que devemos questionar enquanto seres humanos, pois, independente do viés ideológico ou teórico que utilizamos para a construção desses saberes na escola, é necessário lembrar que, se existimos, é porque temos um corpo, e esse corpo é intransferível. Por isso, essas abordagens deveriam fazer parte de uma educação libertadora.

Quando pensamos na interseccionalidade que envolve os corpos, os gêneros e as sexualidades na escola, entendemos que ela permeia as múltiplas construções e referências estabelecidas no contexto social e político, possibilitando novos olhares para as diferenças.

Em se falando de que o nosso corpo é intransferível, assim como as sexualidades representam a individualidade, Guacira Lopes Louro (2000 p. 11) esclarece que a escola: “deixou marcas expressivas em seu corpo e a ensinou a usá-lo de determinada forma”.

E ainda, em se tratando de educação libertadora, no sentido de superar preconceitos e ideias normatizadoras dos corpos, é importante ressaltarmos que, quanto mais a escola se distancia da pluralidade, mais os alunos rejeitam a escola, que se torna obrigatória, excluindo assim possibilidades de construções sociais e também individuais dos corpos. Seguindo essa narrativa, Ivone Gebara (2006, p.144), esclarece que “somos o que pudemos fazer do que fizeram de nós”. E sobre a importância da escola em relação à construção social dos corpos dos alunos, bell hooks descreve:

Quanto mais a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar e confessar. [...] os meios reguladores e punitivos da confissão nos lembram de práticas curriculares e pedagógicas em que os alunos são chamados a revelar publicamente, e até confessar, informações sobre sua vida e sua cultura na presença de autoridade, como os professores (BELL HOOKS, 2013, p.v35).

Percebemos que as desigualdades referentes aos gêneros, aos corpos e às sexualidades na escola estão intrinsecamente permeadas de ideologias cerceadoras, que a relação de poder entre professores e alunos leva a pensar sobre a função da escola na atualidade e justifica a utilização de teorias para explicar tais dominações, conforme aponta Michel Foucault (apud ORLANDO BRUNET 2009) e os pós-estruturalistas que consideram as escolas como dispositivos de controle que “docilizam” corpos para servirem a ideologia dominante.

Somada a essas situações, ainda observamos nos murais das escolas cartazes que evidenciam atitudes/ações como: “não ao racismo”, “aqui se respeita a comunidade LGBTQIA+”, “violência sexual é crime, denuncie”, entre outras. Esse fato parece apenas uma alegoria “obrigatória” “ou não”, evidenciando a presença de movimentos sociais fora da escola que foram pensados para a respeitar as diferenças de classes sociais, raças e gêneros, porém, tais atitudes não adentram no cotidiano das salas de aula.

Tais situações são observadas e se fazem permanentes na escola, reforçando atitudes impostas pelo binarismo “macho/fêmea”, racistas, xenofóbicas e homofobia decorrentes de exemplos: “(a/o) menina/o gay, (a/o) menino(a/o) pret(a/o), (a/o) alun(a/o) gord(a/o), o aluno é afeminado demais etc”. Fabio Reina e Alexandre Volpe (2020, p. 246) acrescentam descrevendo “essa eterna oposição binária usualmente nos faz equiparar, pela mesma lógica, outros pares de conceitos, como “produção-reprodução”, “público-privado”, “razão-sentimento”.

E, com essas categorias analíticas que demonstram a relação de poder, ainda percebemos que os lugares tradicionais denominados de escolas, salas de aula, e professores ainda permanecem e se perpetuam como tradicionais, pois cumprem uma demanda pedagógica providas de instituições reguladoras que inventaram “o kit gay e a mamadeira de piroca”, excluindo a possibilidade de observar e viver os corpos e suas sexualidades da/os aluna/os, independente do seu sistema sexual.

Afinal, toda instituição que reforça a cultura patriarcal proporciona violência psicológica, evidencia as desigualdades sociais e corrobora para a individualização disciplinar, fato que Veiga-Neto reforça ao evidenciar que:

É mais do que obvio o papel que a escola desempenhou nas transformações que levaram da sociedade de soberania para a sociedade estatal. Não é demais insistir que, mais do que qualquer outra instituição, a escola encarregou-se de operar na individualização disciplinares, engendrando novas subjetividades e, com isso, cumpriu um papel decisivo na constituição da sociedade moderna (VEIGA-NETO, 2016, p. 70).

O mesmo autor, ainda complementa:

Além do mais, a escola é, depois da família (mas, muitas vezes antes dessa), a instituição de sequestro pela qual todos

passam (ou deveriam passar) o maior tempo de suas vidas, no período da infância e da juventude (VEIGA-NETO, 2016, p.70).

No contexto da escola é possível verificar que os estudantes portadores de outras sexualidades e identidades e deficiências, ainda se mantêm na invisibilidade, indo ao encontro do que afirma Boaventura de Souza Santos (2019, p.137) “o corpo torna-se, assim, necessariamente uma presença ausente” e, neste caso, (a/o)s estudantes acabam apenas coexistindo.

E essa invisibilidade não é de responsabilidade apenas dos professores e dos seus processos de formação acadêmica, mas, também, da vontade desses professores de querer entender, de querer fazer e de confrontar as práticas educacionais e metodologias propostas. O que se torna urgente é atualizar essa formação acadêmica a partir da inclusão de outras ideias e categorias de análise, dando a visibilidade necessária aos diversos corpos que constroem a instituição denominada escola. Ainda, Boaventura de Souza Santos, acrescenta que:

Apesar do fato de pensarmos e conhecermos com o corpo, apesar de ser com o corpo que temos percepção, experiência e memória do mundo, ele é tendencialmente visto como um mero suporte ou tabula rasa de todas as coisas valiosas produzidas pelos seres humanos (SANTOS, 2019, p.137).

E isso se evidencia quando estudantes que fogem ao padrão social e normativo adentram ao recinto escolar proporcionando duas situações visíveis: a primeira, cerceadora, que corresponde a criminalização derivada por raça e gênero e, a segunda, quando a orientação sexual e a sexualidade dess(e/a) estudante está na “contramão” do que muitos professores acreditam como verdade absoluta.

Nessa delicada relação de corpos e escola, acreditamos que a desconstrução dos saberes impostos não se torna apenas função da escola mas, também, função e responsabilidade do núcleo familiar em que esses estudantes estão inserid(a/o)s. Para Alain Corbin:

O corpo ocupa um lugar no espaço. Esse corpo físico, material, pode ser tocado, sentido, contemplado. Ele é esta coisa que os outros veem, sondam, em seu desejo. O corpo é o lugar das sensações. Desgasta-se com o tempo. É o objeto da ciência. As modalidades da união da alma e do corpo, posteriormente, do psíquico e do somático não cessam de ocupar os discursos (CORBIN, 2020, p. 7-8).

Nesse contexto de inúmeras invisibilidades, não podemos deixar de considerar a possibilidade de que a educação transforma ou transporta. A transformação seria a possibilidade de cada estudante poder expressar “o eu e seus corpos” sem ter que passar pelo crivo das ideologias de repressão, medo, culpa e negação. Da mesma forma, podemos nos tornar responsáveis por transportar esses conhecimentos seguindo apenas o viés biológico e religioso, anulando os demais construtos e, ainda, transportar tais estudantes e seus saberes para um viés onde isso “se aprende em casa e não na escola”. Nesse sentido de construção dos corpos, Kleber Filho e Sabrina Trisoto acrescentam que

O corpo natural não tem nada absolutamente nada de natural, ele já foi, pela cultura, dominado, impregnado de valores, de regras e conceitos [...] ele é sempre resultado de investimento de poder e de enunciações de saberes (FILHO; TRISOTO, 2008, p. 116).

Mas, hoje com as inúmeras possibilidades existentes, “exceto na escola, é claro”, os corpos e desejos tornam-se visíveis principalmente quando o assunto é desejo, prazer e reconhecimento, conforme aponta Daniel Vieira Silva,

Logo, para buscarmos uma educação na e para a diversidade, precisamos repensar as próprias estruturas do que conhecemos como conhecimento escolar, e reconhecer que, mais do que ensinar conteúdos e saberes, a escola produz sujeitos, e os desdobramentos de suas práticas se manifestam na sociedade (SILVA, 2017, p. 168).

Nesse árduo caminhar na escola, o que falta muitas vezes é a vontade de se discutir a história dos corpos e a construção dos gêneros, assim como as inúmeras dimensões que permeiam a construção das sexualidades e suas variantes que podem ir “do prazer ao sofrer”. Contribuindo com essa abordagem dos corpos, Jair Araújo e Valeria Vilhena escrevem:

Pensar o corpo na esfera social, por exemplo, parece não combinar. Corpo, sexualidade está no âmbito do particular, do segredo, será mesmo? Quando nos propomos a falar de Corpo o tema nos remete a inúmeras outras questões que deverão ser consideradas. Estaremos falando de um corpo jovem ou um velho corpo? De um corpo negro ou um corpo branco? Um corpo feminino, masculino, homossexual ou ainda corpo empobrecido ou privilegiado? Ou quem sabe a junção de inúmeras dessas questões, que certamente trarão inúmeras proposições. [...] Particular ou Social? Corpo enquanto possibilidade de prazer e dor, de desejos e imposições (ARAÚJO; VILHENA, 2011, p.1).

Entretanto, seguir as mesmas rotinas escolares e as mesmas práticas pedagógicas e componente curricular cerceador, é levar em consideração que o discurso de fala sobre esses novos corpos que adentram e se perpetuam nas escolas, ainda continuarão nas práticas educativas informais. Porém, com o aumento significativo de ensino informal sobre as temáticas acrescentamos que a “rede virtual de pornografia”, tem proporcionando cada vez mais desinformação e desigualdades de conhecimentos.

Nessa construção, Irecê Rego Beltrão nos convida a pensar nos discursos pedagógicos onde,

[...]a escola a partir dos discursos pedagógicos e das normas disciplinares institucionais [...] se [...] inscreve[m] na interioridade dos indivíduos as verdades, isto é, os saberes corretivos, de normalização, [...]vão modelando a subjetividade dos indivíduos. Estas verdades/saberes corretivos rotulam e dão sentido aos comportamentos, às atitudes, aos atos, às relações, fabricando o sujeito desejado, de modo que ele corresponda com fidelidade ao padrão de indivíduo de que a sociedade necessita (BELTRÃO, 2000, p.15).

Mas, devemos estar atentos a situações que, por mais castradora e limitante que muitas escolas e práticas pedagógicas têm se mostrado ainda nesse século, é importante ressaltarmos que,

Observamos que o século XXI é o século dos “Corpos”, corpos perfeitos, magros, definidos, corpos *cyborg* e corpos expostos na era digital ou imagética. Corpos esses que possuem um “Q” de *QUEER*, ou um Q de “*Q tesão*” proposto pelos aplicativos e páginas de relacionamentos virtuais, ou um Q de “*quero ser eu*” (REIS, 2020, p. 34).

E, portanto, independente da aceitação ou da consolidação de práticas pedagógica formais ou não, os corpos, os gêneros e as sexualidades continuarão batendo na porta da escola, permanecendo uma delicada relação entre a construção de saber, e ou, a perpetuação dos saberes omissos já existentes.

## **Exploração, Negação ou desinformação: as sexualidades e os gêneros entram na escola**

Quando nos deparamos com o cenário atual da educação brasileira, observamos inúmeras situações que impossibilitam um diálogo com a construção dos saberes pode diferentes como a desvalorização dos professor, o desmonte das escolas públicas, o cerceamento dos currículos no tocante aos corpos e suas sexualidades, repressão as categorias de gênero, as violências psicológicas proporcionadas por ideologias religiosas, e ainda, a utilização indiscriminada das metodologias ativas como método de ensino e aprendizagem e que estes fatores produziram corpos dóceis e legitimaram instituições reguladoras.

É interessante observarmos o quão inexpressiva a educação tem se mostrado quando o assunto são os gêneros e as sexualidades na história da educação brasileira e isso se evidencia nos diferentes documentos educacionais que abordam os corpos e suas sexualidades tais como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), principalmente quando confirma os corpos pelo viés biológico e binário (macho/fêmea).

Ainda conforme apontam Solange Aparecida de Souza Monteiro e Jeizi Loici Back (2020, p. 267):

Desta forma destacamos que ocorreu na política educacional brasileira certo retrocesso quanto ao debate destes temas, fato que se comprova com uma comparação simples com os PCN, uma vez que neste documento havia a clareza e intencionalidade em se debater tais questões por meio dos temas transversais. A BNCC poucas vezes trata de sexualidade e gênero de maneira explícita e reduz o corpo à abordagem biológica e higienista (MONTEIRO; BACK, 2020, p. 267).

Independentemente do que consta nos documentos, as categorias gênero e sexualidades já entraram nas escolas e dela não sairão, mesmo que existam movimentos políticos, religiosos e cerceadores, confirmando o que Gayle Rubin (2003, p. 56) aponta: “assim como o gênero, a sexualidade é política [...] é organizada em sistemas de poder, que recompensam e estimulam alguns indivíduos e atividades, enquanto punem e reprimem outros”.

Os seres humanos, em essência, já possuem e vivenciam suas sexualidades e gêneros, “biológico ou social”, e isso também se verifica na escola quando estudantes chegam demonstrando “o quê” “e como” são em essência e vivência, evidenciado por receber ou realizar um abraço caloroso, uma demonstração de afetividade, mostrando que sexualidade não se limita apenas ao ato sexual, confirmando o que Antony Giddens (1993, p. 25) esclarece que “de algum modo, que tem de investigado, a sexualidade funciona como um aspecto maleável do eu, um ponto de conexão primário entre o corpo, a autoidentidade e as normas sociais”.

Importante registrar que ninguém transforma o gênero e as sexualidades de ninguém, pois isso é tão íntimo e pessoal assim como a alma é para o corpo “indivisível”, e a afirmativa do senso comum de que “abordar tais temáticas, na escola promoveria a transformação de estudantes em gays”, nada mais é do que o medo de ter que lidar com o diferente e ter que desconstruir preceitos e dogmas religiosos. Corroborando com esse pensamento Guacira Louro (2017, p. 28) esclarece “a pretensão é então, entender o gênero como constituinte da identidade do sujeito”.

Nesse sentido explorar os gêneros, utilizando ideologias cerceativas e religiosas e, ainda, lidar com esse estudante como se el(e/a) fosse diferente dos demais, não é suficiente, pois, a essência de ser e estar em um gênero não binário perpassa quaisquer práticas pedagógicas. Porém, isso pode acarretar a relação “estudante versus escola”, aversão, violências de múltiplas ordens e, provavelmente, abandono do processo de ensino, ocasionando estigmatização em relação aos gêneros. Negar a existência de gêneros não meramente biológicos na escola, é negar a presença da instituição escolar e todo o seu contexto político e pedagógico. Guacira Louro lembra que:

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, o lugar do desconhecimento e da ignorância (LOURO, 2000, p. 30).

Leticia Lanz (2015) aponta que “ninguém nasce com um corpo de homem ou mulher: constrói um corpo aprendendo a ser um corpo”. E nesse sentido, acrescentamos que ter e estar em um corpo é uma construção social, mas, também, individual.

Ressaltamos, ainda, que as práticas pedagógicas devem ser pensadas e construídas a partir da vivências e experiências dos alunos em relação ao meio social em que vivem, diminuindo a punição em relação aos seus corpos, desejos e fantasias sexuais, uma vez que a mais adequada de ensino está pautada no reconhecer (a/o)s estudantes que se encontram na sala de aula, utilizando das suas vivências e experiências. Nesse sentido, Jeffrey Weeks declara que:

Embora o corpo biológico seja o local de reconhecimento da sexualidade, esta é mais simplesmente que um corpo. A sexualidade tem tanto a ver com crenças, ideologias e imaginações quanto com o corpo físico e a melhor forma de compreender a sexualidade é como um construto histórico (WEEKS, 2003, p. 38).

Ainda, Guacira Louro et al complementa que:

O corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que os adornam, as intervenções que nele se operam, as imagens que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se exibem, a educação de seus gestos enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas e a serem descobertas. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem, mas, fundamentalmente, os significados culturais e sociais que a ele se atribuem (LOURO et al, 2017, p. 31).

E, nesse contexto, questionando por quais motivos os corpos e suas sexualidades ainda “não” são vistos na escola em sua totalidade ou, quando são vistos, recebem a carga da punição celeste? Chegamos à conclusão de que esse reconhecimento levaria a uma desconstrução de percepções e ideologias destas temáticas pelos familiares e professores. Quanto mais a família e a escola se distanciam da construção dos saberes dos alunos mais elas precisam uma da outra, o que reforça a afirmação de Ana Claudia Maia:

O conceito de sexualidade é bastante amplo e difuso. A sexualidade é compreendida como um conceito que expressa historicamente as concepções sobre a vida humana no que diz respeito às práticas sexuais e afetivas. É um conceito abrangente, que inclui aspectos da genitalidade, mas não se resume a ela, isto é, diz respeito a sentimentos, emoções prazeres e erotismo libidinal envolvido nas relações interpessoais, que incluem ou não o relacionamento sexual entre indivíduos (MAIA, 2008, p. 69).

Ainda, nessa construção de sexualidade não meramente estigmatizada pelo ato sexual, mas como um conjunto de sentimentos e vivências, Noeli Coelho (2000) e Peter Hunt (2010), citados por Rubra Araújo (2018, p. 205), afirmam que:

O senso comum associa sexo com orientação sexual, induzindo que a forma biológica (macho ou fêmea) deve ser automaticamente masculino e feminino (gênero), implicando em desejo “naturalmente” heterossexual (orientação sexual). Assim a suposição é que existe uma lei da natureza (ou divina): a biológica (cromossomos, hormônios, órgãos genitais) que determinaria a psique e o desejo pelo sexo oposto. A essa concepção empirista dá-se o nome de binarismo linear, que constitui e alimenta as bases da heteronormatividade ou o heterossexismo, ignorando a diversidade sexual e de gênero.

Nesse jogo de “querer ser quem sou” e “poder ser quem eu sou” na escola e a dualidade existente na proibição ou ocultamento a partir das práticas pedagógicas e contextos escolares, deu espaço a uma outra forma de viver as sexualidades e os gêneros, no cotidiano d(a/o)s estudantes: a internet assumiu a forma de tod(a/o)s viverem suas sexualidades, pois foi a partir desse meio digital que as fantasias eróticas tornaram-se explícitas, os encontros amorosos tornarem reais ou imaginários, e se expandiu a possibilidade de um único “ser” possuir vários gêneros.

Os filmes pornográficos e sites de relacionamentos, independentemente dos gêneros e das sexualidades, assumiram o papel da escola na forma de informação sobre as sexualidades, o ato sexual e a anatomia dos corpos humanos. Importante afirmar que são informações e não conhecimentos, pois a pornografia demonstra a subordinação de gêneros, a dor e a exploração dos corpos, ao mesmo tempo que a escola oferece o vácuo, o descaso e a ideologia religiosa como a “salvação redentora” d(a/o)s estudantes.

## Considerações

Nessa pesquisa buscamos avaliar como as ações de interseccionalidade estão dispostas na escola, e nesse sentido, o corpo, o gênero e as sexualidades ainda ocupam a mesma proporção de invisibilidade para a quantidade de alunos existentes, mesmo sabendo que não existem alunos sem corpos, gêneros e sexualidades, sendo mais fácil ocultá-los do que vivenciá-los. De fato, a aceitação dos corpos como apenas um conglomerado de músculos e células, em detrimento de um sistema complexo e permeado de sexualidades e construções sociais, evidencia-se nos documentos oficiais da educação Brasileira que ainda persistem em distinguir os corpos como parte da construção meramente biologicista.

O viver e estar na escola nos mostram que o/as alunas/os que ali se encontram possuem gêneros e sexualidades e, ainda, a escola por diversas razões incluindo a “religiosidade cerceadora” insiste em fazer de conta que o gênero e as sexualidades permanecem do “portão para fora da escola”. E nesse faz de conta, o/as alunos/as e seus corpos permanecem reconhecendo e aprendendo sobre as sexualidades utilizando a internet, a qual em muitos casos induzem para o caminho da pornografia. A pornografia, por sua vez, causa enorme impacto na saúde mental das pessoas, notadamente porque imprime uma lógica de objetificação do outro. É importante ter em mente que a escola como um agente formador não deve possuir barreiras quando o assunto envolve os gêneros e as sexualidades, pois aceitando ou não, reconhecendo ou não os corpos sexuais dos alunos, eles sempre se fizeram presentes.

## Referências

ARAÚJO, Maria Luiza Macedo. História crítica da Sexualidade. In: SILVA. M, C. A; SERAPIÃO. J. J; JURBERG. P; **Sexologia: fundamentos para uma visão interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho. 1977. pp.24-66.

ARAUJO, Rubra Pereira. **Estranhando o Currículo: a temática homoafetiva no ensino de literatura infantil**. 1ed.-Rio de Janeiro: Metanoia, 2018.

ARAUJO, Jair Bueno; VILHENA, Valéria Cristina; O Corpo Reprimido. *In* II Simpósio Internacional de Educação Sexual - Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: trajetória escolares. 2011. Maringá. **Anais**. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2011/250.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BELTRÃO, Ierê Rego. **Copos doces, Mentas Vazias, Corações frios: didática: o discurso científico do disciplinamento**. São Paulo: Imaginário, 2020.

BRUNET, Orlando. *Michel Foucault: Os corpos doces*. 2009. Disponível em: <https://faceaevento.com/2009/12/21/michel-foucault-os-corpos-doceis>. Acesso em: 1 mar. 2021.

CORBIN, Alain.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Org.). **História do corpo: da revolução a grande guerra**. Petrópolis: Vozes, 2020. v. 1.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio**, (Tradução de Lúcia Mathilde E. Orth). Petrópolis, Vozes, 2000.

GIDDENS, Antony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. 228p.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LANZ, Leticia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Curitiba: Transgente, 2015.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_. Pedagogias da sexualidade. In: \_\_\_\_\_ (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. Ed. 5ª reimpressão. Ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2017

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. 9 ed. 5ª reimpressão- Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Educação Sexual Repressiva: padrões definidores de normalidade. In: SOUZA, C. B. G. de; RIBEIRO, P. R. M. R. (Orgs.). **Sexualidade, Diversidade e Culturas Escolares: contribuições ibero-americanas para estudos de educação, gênero e valores**. Araraquara; Alcalá de Henares: FCLar Unesp Lab Editorial; Universidade de Alcalá, v.9, p. 67-83, 2008.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Souza. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza, BACK, Jeizi Loici. Notas introdutórias sobre o lugar do corpo e sua interface entre gênero e sexualidade na base nacional comum curricular. **Revista Humanidades & Inovação**. v. 7 n. 27 (2020): Educação sexual e sexualidade: desafios, mo-

dos de existência, saberes e linguagens. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/94>. Acesso em: 11 fev. 2021.

OLIVEIRA, Renato José. Ética na escola: (re)acendendo uma polêmica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 22, n. 76, p. 212-231, Oct. 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302001000300012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000300012). Acesso em: 20 fev. 2021.

PERELMAN, Chaim. Ética e direito. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERELMAN, Chaim, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: A nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PRADO FILHO, Kleber; TRISOTTO, Sabrina. O corpo problematizado de uma perspectiva histórico-política. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 13, n. 1, p. 115-121, Mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1/v13n1a13.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021.

REIS, Edmilson Andrade. **Sexualidade, Gênero E Diversidades No Contexto De Formação Inicial De Professores Na Universidade Federal Do Tocantins**. Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós Graduação (Mestrado) em Geografia, 2020.

REINA, Fabio Tadeu; VOLPE, Alexandre Alberto Scabello. Sou Gay! E daí?. **Revista Humanidades & Inovação**. v. 7 n. 27 (2020): Educação sexual e sexualidade: desafios, modos de existência, saberes e linguagens. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/issue/view/94>. Acesso em: 11 fev. 2021.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1582>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza Santos. **O fim do Império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. 1.ed.- Belo Horizonte: Autentica Editora, 2019.

SILVA, Daniel Vieira. Diálogos sobre escola e diferença: uma perspectiva interseccional sobre o cotidiano escolar. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V. 3 N. 1 – pag 154-169 (mar - jun 2017): “Gênero, Sexualidade, Política e Educação” Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae>. Acesso em: 10 fev. 2021

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade**. 4ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 3.ed: 2. Reimp. –Belo Horizonte: Autentica Editora, 2016.

Recebido em 02 de abril de 2021.

Aceito em 20 de agosto de 2021.